

## A Europa desencantada ou o fim do sonho europeu?

Sob vários aspectos, o júbilo que no Ocidente acompanhou a «implosão» do ex-império soviético era, se não suspeito, pelo menos prematuro. Decerto, nenhum democrata ocidental, por mera coerência, se pode dar ao luxo de nostalgias aberrantes por conta de um sistema totalitário que, não sendo precisamente «o império do mal», acumulou durante meio século crimes imperdoáveis contra a liberdade própria e alheia, sem os resgatar por uma superior gestão dos seus recursos na ordem económica ou na ordem humana. O caos que essa implosão gerou é ainda da responsabilidade de um sistema que pretendeu inaugurar uma nova ordem na história e, mesmo, criar um «novo homem». Apesar da falência sem precedentes de um regime concebido, como o de Hitler, para durar séculos, não deixa de ser positivo não só que a sociedade soviética, de algum modo, tenha sido capaz de sair do sistema que por infidelidade aos seus próprios princípios a manietava, como tenha sabido, até agora, gerir uma das situações mais explosivas que a queda de análogos regimes conheceu.

A história do pós-comunismo está em aberto, mas é já um dado positivo constatar que a implosão da União Soviética não

desembocou, como poderia ter acontecido, nem numa guerra civil hiperjugoslava, nem numa conflagração geral.

Ao desmoronamento espectacular da sociedade dita «comunista» correspondeu, noutros termos, na aparência inócuos, uma lenta, mas não menos sensível implosão do dispositivo ocidental — e em particular da Comunidade Europeia — que durante meio século se opôs, mas também se pensou e construiu em função do império de Leste. Os Estados Unidos foram, durante essas décadas, ao mesmo tempo o rival e o parceiro que, de maneira mais clássica, definiam em relações de força e de convivência o campo de luta e oposição de interesses entre dois blocos. Nos tempos de Brejnev e ainda, e sobretudo, depois da ascensão de Gorbachev ao poder, os Estados Unidos e a União Soviética foram, por assim dizer, íntimos. O que separava as duas potências era menos ideológico — conceito sem significado no vocabulário americano — do que crua e realiticamente político. O braço-de-ferro, por motivos sabidos — e outros ainda misteriosos — saldou-se pela derrota de um dos imperialismos. A Europa participou, naturalmente, nesta luta — foi mesmo, em certa altura, «o objecto» e, até, o campo de batalha político e ideológico desse confronto. Mas sem nenhuma intimidade, no sentido de parceria e de controle das regras do jogo que só aos dois grandes diziam respeito.

O fim da guerra fria, a queda do muro de Berlim, não afectaram substancialmente a política dos Estados Unidos. Redimensionaram-na quando muito, à escala universal, deixando apenas — e não é pouco — um certo sentimento de desemprego histórico momentâneo. Muito outra é a situação de uma Europa — a da Comunidade Europeia — imaginada, construída, fantasmada, à «sombra», e como espaço democrático de resistência ao que pareceu em certos momentos uma pouco resistível pressão do império soviético. Sem dúvida que a lenta construção do novo espaço económico europeu não obedeceu apenas a uma lógica negativa de defesa, mas ao impulso mais irresistível de criar um mercado capaz de absorver a produção de um sistema económico intra-europeu em prodigiosa expansão. A tradução ideológica das novas realidades exprimiu-se na «ideia europeia»

e o seu conteúdo simbólico na imagem de uma Europa como não-comunista, exemplo de sucesso económico, social, democrático e cultural.

Era evidente que a evaporação do que, por antítese, era anti-Europa, ou uma Europa tragicamente separada do seu antigo destino comum — nela incluída a própria Rússia de Turgueniev e de Tolstoi — teria de enfraquecer os pressupostos simbólicos, a paixão investida, com consciente propósito ou por simples necessidade, na figura quase mítica da Europa. Se os Estados Unidos, com a implosão do Leste, ficaram sem emprego político imperativo, a Europa ficou sem emprego simbólico. Pouco a pouco, largas fracções da opinião pública europeia — até então «europeístas» por cálculo, benefício ou arrastamento começaram a «desencantar-se» da Europa. Precisamente no momento em que a construção europeia no seu ideal de União Europeia conhecia um sucesso inegável, constituindo-se como pólo de atracção para aquelas nações até agora reticentes diante do espectro de uma Grande Europa. Sob uma forma velada, primeiro, mais abertamente, em seguida, o sentimento de alívio pelo fim do fantasma soviético e da desilusão pela impotência política geraram um desinvestimento na ordem simbólica, uma espécie de implosão *soft* na até agora eufórica e euforizante perspectiva europeia.

O espectáculo de impotência ministrado pela Europa por ocasião da guerra do Golfo, da absurda guerra doméstica jugoslava, a carência diante do desastre humano da Somália, Angola ou de Moçambique, não contribuiu pouco para este «desencanto» europeu que tanto encanta os adversários da construção europeia. Mas as razões do mal-estar europeu — inegável — são mais profundas. Todo o sistema do capitalismo e do ultraliberalismo ocidentais estão implicados nesta paradoxal tomada de consciência dos limites e da fragilidade da Europa. O triunfo do neoliberalismo, quase sem sombras ainda na década de oitenta, é menos evidente do que nos «bons» tempos de Reagan e da senhora Thatcher. Mais visíveis são os seus frutos amargos, a desestruturação incontrolada de mercados e pólos produtivos, até de vanguarda, desemprego galopante, acentuação do fosso entre as economias

do Ocidente em geral ou da Ásia do Sudeste em relação às do terceiro ou quarto mundo. A Europa está no centro do sistema sem ter meios para neutralizar os seus mais evidentes malefícios. A construção europeia prossegue segundo a sua lógica mas como quem navega no escuro, recusando converter a futura Europa em fortaleza e incapaz de suportar a pressão que sob as suas não-fronteiras, ou fronteiras porosas, exerce um mundo migrante que vê nela o Eldorado. O próprio utopismo europeu com a sua dimensão crítica ou hiper crítica a que semelhante conjuntura podia fornecer um novo alento, como aconteceu após a grande crise da segunda revolução industrial, refluí para a forma de desencanto activo que uma certa filosofia ecologista exprime. A esquerda europeia deixou de ter um projecto claro como se até hoje tivesse vivido menos da sua própria dinâmica e capacidade alternativas do que das carências e injustiças inerentes à sociedade ocidental. Assim, por uma curiosa conjugação de críticas, entre si incompatíveis, uma certa aposta na Europa como novo modelo de convivência entre nações democráticas e espaço económico de superior coerência e capacidade de autonomia, capaz de equilibrar os pólos americano e japonês, aparece neste momento como menos excitante do que há apenas um ano.

Sem deter nem imaginar nenhuma alternativa credível para este «sonho europeu» aparentemente em crise, a legião dos anti-europeístas julga que, uma vez mais, só «a nação» é viável, mesmo revolucionária. Suave ou espectacular, uma autêntica implosão do projecto europeu — alguns pensando que este podia ser substituído pelo de uma «Europa das pátrias» — seria bem-vinda. O antagonismo polémico entre a «nação» e a Europa, tal como tem sido proposta, é falacioso e arcaico. Nenhum europeísta convicto desconhece ou menospreza o enraizamento nacional, a insubstituível vinculação da sua identidade de base à realidade «nação», por mais difícil e mutável que possa ser esse vínculo. Sobretudo para quem pertence a uma velha nação. Contudo, a vivência do «nacional» não é, só por si, o antídoto contra a desestruturação objectiva do espaço histórico e dos interesses a que correspondia um imaginário actor autónomo, sujeito de soberanias há muito tempo míticas ou até oníricas. No plano da

veleidade, da identidade de sonho, a mais dependente das nações pode pretender um estatuto que nem em idades de economia arcaizante era o seu, mas na realidade é apenas um reflexo de pânico, um exorcismo vão contra o seu destino transnacional, como o dos antigos feudos antes da emergência das nações.

Nesta perspectiva, com uma «Europa» já inscrita na realidade insofismável e até certo ponto irreversível dos factos, a cruzada antieuropeísta, camuflada pelos mais hábeis ou hipócritas (Philippe Séguin, J. P. Chevènement), como combate por uma Europa-outra, parece uma aberração. Mas não é: o sucesso efectivo da construção europeia sofreu, desde o início, de uma carência, menos democrática, como dizem os campeões de todas as categorias da antidemocracia (de Le Pen e De Villiers a Marchais), do que de ordem simbólica. O «anticomunismo», com um vago cheiro de antiamericanismo ou antijaponesismo, norteara o sonho europeu de uma certa eurocracia. É o único ponto em que os anti-Maastricht — conglomerado agressivo de todos os arcaísmos e ressentimentos chauvinistas de França e de Navarra, nostálgicos de um Clovis de banda desenhada, de Maurras e toda a tradição reaccionária francesa, do vichismo nunca sepulto (Maurice Duverger), dos que desejam a morte da Europa para não ficarem só eles viúvos da «pátria do Sol» — têm alguma razão. Destes velhos inimigos se constitui hoje a falange dos cruzados da anti-Europa que de repente descobrem nas nações que durante séculos não fizeram mais nada do que digladiar-se, por conta de imperialismos próprios ou alheios, o elixir histórico-político contra a famosa «perda de identidade» que nós supúnhamos perdida, ou mais perdida em tempos de liberalismo triunfante e de hipercapitalismo. Como de costume, as frentes do «não» são sobretudo as da impotência, do pânico, do ressentimento ou, com mais rigor, da consciência fundada da perda de estatuto — no sentido dos séculos XVIII e XIX — no seio do novo conjunto europeu, assombrado pela emergência de uma Alemanha, saída, enfim, do purgatório pós-nazi.

Nem a Inglaterra, nem a França, sós, podem pretender desempenhar na cena europeia o papel que foi o de ambas até à fatal queda do muro. E no entanto, um certo instinto de velhas

nações imperialistas arrumadas no canto da história, pode impeli-las — como é o caso para França, mais consciente do que a Inglaterra, atrelada aos Estados Unidos, da sua relativa impotência — a querer salvar-se em qualquer esplêndido isolamento. A actual vertigem do «não» é o último assomo de uma nação que desde Waterloo, com a excepção de Verdun, não fez mais do que coleccionar algumas das mais brilhantes derrotas da história europeia. Acontece apenas — mas os franceses na sua epopeia negativa não querem saber disso — que as derrotas da França foram sempre derrotas da Europa ou dum «capital» europeu que nenhuma mitologia europeia pode dispensar. Se, por infelicidade, uma vez mais, a suicidária pulsão «gaulesa» triunfar sob o último desafio que a França concebeu — imaginando-se capaz de *construir* uma Europa mais do que francesa e mais do que cada uma das suas nações, elevando cada uma delas a uma nova forma histórica que sem ser «Europa-nação» seria uma primeira etapa da nação-Europa — não será apenas o destino da França e a sua paisagem política que conhecerão uma objectiva e irreversível derrota. Será toda a Europa dos doze — mesmo a reticente Inglaterra — que entrará num estado de caoticidade política de consequências imprevisíveis.

Essa Europa talvez não seja aquela Jugoslávia-Frankenstein que tanto parece justificar o antieuropeísmo de José Saramago, mas o seu grau de confusão interior, de espaço histórico sem rumo, à mercê das potências transcontinentais, não andarão longe da sua fábula de poeta irónico defraudado nos seus sonhos de um utopismo defunto. De uma certa forma, nesta espécie de vigília de armas que a Europa Ocidental — e não apenas — viverá nas vésperas do 20 de Setembro do ano anticolumbino que foi 92, apetece desejar que o ressentimento e a pulsão dos antieuropeus conheça a sua conclusão lógica. Talvez só um tremor de terra histórico à escala europeia possa restituir toda a sua urgência e todo o seu peso a um sonho europeu mal ou debilmente sonhado. Infelizmente, ninguém pagaria mais caro o sonho abortado do que as pequenas nações — e, à frente de todas, Portugal, a quem a entrada na Comunidade Europeia e a inserção no seu dinamismo permitiram a segunda grande descolagem das suas estruturas

«terceiro-mundistas» para níveis que, mesmo artificiais, já parecem os dessa Europa mítica por quem, durante séculos, suspirámos. Só por isso, que é paixão pela Europa e amor ao Portugal que penosamente acompanha a aventura europeia, mas também para não ceder a reflexos de mero ressentimento, não desejamos o triunfo dos «coveiros» da Europa no próximo domingo. Nem em França, nem em Portugal.

*Vence, 20 de Setembro de 1992*